



Assembleia da República
Gabinete do Presidente



N.º de Entrada 396270

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Classificação
05,04,02

REQUERIMENTO 11 Número 02 /XI (2 .ª)

PERGUNTA Número 3923 /XI (2 .ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>03/05/2011</u>
O Secretário da Mesa <u>rec</u>

Assunto: Situação de indefinição na Tobis, SA

Destinatário: Ministério da Cultura

*Por determinação de SEXTAR e
Sra. Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.05.03
humberto

O Governo Português decidiu alienar a sua participação na Tobis, SA, o estúdio histórico do cinema português, localizado no Lumiar, em Lisboa, e de que o Estado detém 96% do capital. Esta é uma decisão a que o Bloco de Esquerda sempre se opôs, tendo mesmo apresentado um projecto de resolução na Assembleia da República que defendia a reestruturação da empresa, garantindo a manutenção de todos os postos de trabalho, a adaptação da empresa às necessidades da produção e exibição cinematográfica nacional e a divulgação e exibição das obras que fazem parte do seu catálogo.

Este não foi no entanto o entendimento do Governo, que nada fez para reestruturar a empresa e garantir a sua viabilidade e resolveu mesmo avançar com o processo de alienação. No entanto, e um ano após o chumbo do projecto de resolução do Bloco de Esquerda pelo PS e direita parlamentar, a situação da empresa continua longe de estar resolvida e a indefinição e opacidade do processo preocupam muito justamente os trabalhadores da empresa e todo o sector do audiovisual português.

O anúncio da venda previa que as propostas de aquisição seriam entregues junto do ICA até 9 de Março de 2011 e que, nesse mesmo dia, seriam abertas em sessão pública. Acontece que nada se sabe ainda sobre este processo. O Ministério da Cultura não tem prestado qualquer esclarecimento público sobre a situação e o ICA, que tutela a empresa, não tem cumprido com o compromisso assumido perante os trabalhadores de os manter informados do andamento do processo, que já dura há mais de um ano e fere pessoal e profissionalmente os trabalhadores da Tobis. As reuniões prometidas são sucessivamente adiadas com promessas de "solução definitiva para o futuro da empresa" e, muito embora os trabalhadores saibam que têm decorrido reuniões entre o Conselho de Administração e a Exma. Sra. Ministra da Cultura, o ICA continua a negar resposta a todos os pedidos de

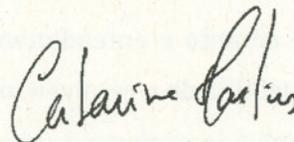
esclarecimento que os trabalhadores da Tobis lhe dirigem.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Está a ponderar o Governo aceitar as eventuais ofertas de compra da Tobis, no âmbito do anúncio de venda que publicou?
2. Porque é que, passados quase 2 meses do prazo final de entrega de propostas de aquisição, não foi transmitida qualquer informação sobre o andamento do processo aos trabalhadores?
3. Quando irá o Governo reunir com os trabalhadores da empresa?
4. Qual é a situação actual da Tobis?
5. Está garantida a continuidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho?

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2011.

A Deputada



Catarina Martins